



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - CFO
 EDITAL Nº 02/2022

ALUNO OFICIAL PM

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **19 (dezenove) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **90 (noventa) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 10 (dez) questões, Raciocínio Lógico 10 (dez) questões, Direito Administrativo 10 (dez) questões, Direito Constitucional 10 (dez) questões, Direito Penal 10 (dez) questões, Direito Processual Penal 10 (dez) questões, Direito Penal Militar e Processual Penal Militar 10 (dez) questões, Legislação PMRN 10 (dez) questões e Legislação Extravagante 10 (dez) questões.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer a prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de provas faltando **60 (sessenta) minutos para o término da prova.**
- XII. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões a partir dos 30 (trinta) minutos finais da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90										

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

O copo de café quente do McDonald's.

(I) ____ (Por que, Por quê, Porque, Porquê) um processo é considerado frívolo? Um exemplo é o caso ocorrido, por conta de um acidente entre a rede McDonald's e Stella Liebeck, o qual originou um processo. Quase todos parecem saber disso. E (II) ____ (a, à, á, há) uma boa chance de tudo o que se acredita estar errado.

Em 1992, Stella Liebeck, de 79 anos, comprou uma xícara de café para viagem em um *drive-thru* do McDonald's, em Albuquerque, e o derramou em seu colo. Conjecturou-se: O café não deveria estar quente? O McDonald's não derramou o café nela? Ela derramou o café em si (III) ____ (mesmo, mesma)? Ela estava dirigindo o carro? Ela não prestou atenção no café?

Fatos: Stella Liebeck não estava dirigindo quando derramou o café, nem o carro estava em movimento. Ela era a passageira de um veículo que estava parado no estacionamento do McDonald's, no qual, ela havia comprado o café. Ela estava com o copo entre os joelhos, enquanto removia a tampa para adicionar o creme e o açúcar, quando o copo tombou e derramou todo o conteúdo em seu colo.

A mensagem do júri: o café não estava apenas quente, mas perigosamente quente. A política corporativa do McDonald's era servi-lo a uma temperatura que pudesse causar queimaduras graves em segundos. Os ferimentos de Liebeck estavam longe de ser frívolos. Ela estava vestindo uma calça de moletom que absorveu o café e o manteve contra a pele. Ela sofreu queimaduras de terceiro grau (o tipo mais sensível) e precisou de enxertos de pele na parte interna das coxas e em outros lugares.

O júri teve acesso a processos similares durante o julgamento: o caso de Liebeck estava longe de ser um evento isolado. O McDonald's recebeu mais de 700 relatórios prévios de danos causados por seu café, incluindo relatos de queimaduras de terceiro grau, e pagou indenizações em alguns casos. Liebeck propôs receber US\$ 20.000 para cobrir suas despesas médicas e perda de renda, mas o McDonald's nunca ofereceu mais de US\$ 800, então o caso foi a julgamento.

O júri considerou Liebeck parcialmente culpada por seus ferimentos, reduzindo a compensação no acordo. Mas o prêmio de indenização punitiva do júri ganhou as manchetes. Apesar de centenas de pessoas terem sofrido ferimentos similares. Ciente da procrastinação do McDonald's, o júri concedeu à Liebeck o equivalente a dois dias de receita de vendas de café.

Isso não foi, no entanto, o fim de tudo. A indenização original por danos punitivos foi finalmente reduzida em mais de 80% pelo juiz e, para evitar o que provavelmente seriam anos e anos de apelações, Liebeck e o McDonald's chegaram a um acordo sigiloso.

1) Retorne ao texto “O copo de café quente do McDonald's” e observe as lacunas a serem preenchidas. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (I) Por que, (II) a, (III) mesmo.
- (I) Por quê, (II) à, (III) mesmo.
- (I) Porque, (II) á, (III) mesma.
- (I) Porquê, (II) a, (III) mesmo.
- (I) Por que, (II) há, (III) mesma.

2) Com foco na compreensão do texto, Bechara (2019, p. 616) explica que a compreensão de texto consiste em analisar o que realmente está escrito, ou seja, coletar dados do texto. E interpretação consiste em saber o que se infere (conclui) do que está escrito. Assim sendo, leia as alternativas e selecione a única proposição correta.

- A exemplo dos ferimentos sofridos por Stella Liebeck, os demais ferimentos causados pela rede McDonald's são, em sua totalidade, graves.
- Foram detectadas queimaduras de terceiro grau na parte interna das coxas em todos os consumidores que ingeriram café no *drive-thru* do McDonald's.
- Segundo o júri, a política corporativa do McDonald's, assim como das demais redes de Fast Food norte-americanas, era a de servir o café em uma temperatura que pudesse causar queimaduras sérias.
- Pode-se considerar o processo de Stella Liebeck como um evento isolado, pois, os outros setecentos casos, não foram causados por café, em sua totalidade.
- A proposta de US\$ 20.000 apresentada por Liebeck consistia no ressarcimento das despesas médicas e da perda de renda por causa do acidente.

3) Pode-se afirmar que os gêneros textuais são tipos relativamente estáveis de enunciados, eles, geralmente, exercem uma função social específica e apresentam intenções comunicativas bem características. Retorne ao texto “O copo de café quente do McDonald's” e assinale a alternativa que caracteriza o gênero textual PREDOMINANTE.

- Artigo.
- Biografia.
- Decreto.
- Editorial.
- Entrevista.

4) Ainda segundo o texto: “O copo de café quente do McDonald’s”, pode-se afirmar que a tipologia textual perpassa pela estrutura do texto, sabe-se também que um texto, não precisa estar restrito a apenas uma tipologia textual, por exemplo, a tipologia descritiva está sempre associada a uma outra tipologia. Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O texto é PREDOMINANTEMENTE expositivo, enquadra-se na categoria de notícias, artigos, reportagens, etc.
- () O texto é PREDOMINANTEMENTE narrativo, adapta-se na categoria de romances, contos, fábulas, etc.
- () O texto é PREDOMINANTEMENTE descritivo, adequa-se na categoria de diários, folhetos, anúncios, etc.
- () O texto é PREDOMINANTEMENTE argumentativo, corresponde à categoria de manifestos, sermões, teses, etc.
- () O texto é PREDOMINANTEMENTE injuntivo, condiz com a categoria de manuais de instruções, guias rodoviários, bulas de remédio, etc.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - F - F
- b) F - V - F - F - F
- c) F - F - V - F - F
- d) F - F - F - V - F
- e) F - F - F - F - V

5) Atente às palavras em destaques nas orações abaixo, todas foram retiradas do texto “O copo de café quente do McDonald’s”. Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () “um processo é considerado frívolo” – o vocábulo frívolo deve ser classificado como um adjetivo e uma palavra proparoxítona.
- () “o prêmio de indenização punitiva do júri ganhou as manchetes” – o vocábulo júri deve ser classificado como um substantivo e uma palavra paroxítona.
- () “O café não deveria estar quente” – o vocábulo café deve ser classificado como um substantivo composto e uma palavra oxítona.
- () “comprou uma xícara de café para viagem em um drive-thru” – a expressão *drive-thru* foi grafada em itálico, pois, representa uma palavra de origem estrangeira que não foi traduzida ou abreviada.
- () “Ciente da procrastinação do McDonald’s” – o vocábulo McDonald’s deve ser classificado como um advérbio de modo, pois indica que a rede pertence à família Donald.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - F - V - F
- b) V - V - F - V - F
- c) V - F - F - V - F
- d) F - F - F - V - F
- e) V - V - V - F - V

6) Leia as estruturas adaptadas do texto: “O copo de café quente do McDonald’s” e assinale a alternativa em que a crase não foi empregada corretamente.

- a) Stella Liebeck permaneceu horas à espera de um médico.
- b) À medida que o café esfriava, a dor diminuía.
- c) O café que queimou Liebeck foi feito à máquina.
- d) Quando a ambulância chegou, ela saiu às pressas.
- e) O processo de Liebeck foi julgado à revelia.

7) As noções de sintaxe de colocação pronominal, ou seja, as classificações pela posição do pronome são definidas por (1) próclise que ocorre quando o pronome antecede o verbo; (2) mesóclise é quando o pronome se coloca no meio do verbo; (3) ênclise se refere ao pronome colocado no final do verbo.

Leia o excerto retirado do texto e assinale a alternativa em que o uso do pronome e sua classificação estejam corretos: “A política corporativa do McDonald’s era servi-lo a uma temperatura que pudesse causar queimaduras graves em segundos”.

- a) O pronome pessoal do caso oblíquo, de 4ª. pessoa do plural, classificado como mesoclítico.
- b) O pronome pessoal do caso reto, de 5ª. pessoa do plural, classificado como proclítico.
- c) O pronome pessoal do caso oblíquo, átono, de 1ª. pessoa do singular, classificado como complemento nominal.
- d) O pronome pessoal do caso oblíquo, de 3ª. pessoa do singular, classificado como enclítico.
- e) O pronome pessoal do caso reto, de 2ª. pessoa do plural, classificado como enclítico.

8) Leia o fragmento com enfoque no uso da pontuação: “O júri teve acesso a processos similares durante o julgamento: o caso de Liebeck estava longe de ser um evento isolado.”

Assinale a alternativa que apresenta o uso correto da pontuação do fragmento apresentado.

- I. O ponto final é um sinal que indica a forma de respiração, ou seja, para pausas maiores do que as das vírgulas, utilizamos o ponto final.
- II. O ponto final é usado, dentro de uma mesma oração, para afastar o sujeito do seu verbo, sendo esse o seu uso mais comum.
- III. O sinal de dois-pontos se refere a uma pausa breve que antecede citação, explicação ou enumeração.

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) II e III apenas.

9) Assinale a alternativa que apresenta a função sintática exercida pelos fragmentos destacados na oração:

(01) O júri concedeu (02) à Liebeck (03) o equivalente a dois dias de receita de vendas de café.

- a) (01) sujeito – (02) objeto direto – (03) complemento nominal.
- b) (01) predicativo do sujeito – (02) complemento nominal – (03) objeto direto.
- c) (01) sujeito – (02) objeto indireto – (03) objeto direto.
- d) (01) objeto indireto – (02) complemento nominal – (03) sujeito.
- e) (01) complemento nominal – (02) sujeito – (03) predicativo do sujeito.

10) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Em relação ao texto lido, podemos afirmar que houve o uso da função da linguagem _____.

- a) emotiva: o autor expressa seu sentimento em relação à dor de Stella Liebeck.
- b) metalinguística: o texto tem como foco discorrer sobre a própria linguagem usada no texto.
- c) poética: o autor tem como enfoque destacar os recursos de linguagem, como a metáfora.
- d) expressiva: o autor procura suggestionar o leitor a se posicionar a favor de uma das partes mencionadas, para tanto, utiliza de verbos no imperativo.
- e) referencial: o texto foi desenvolvido para transmitir alguma informação de forma objetiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Numa academia de oficiais o tenente verificou que 126 aspirantes gostam de fazer flexões, 87 gostam de agachamento, 46 gostam dos dois. Nessas condições, o total de aspirantes que gostam de somente um dos dois exercícios é representado por um número entre:

- a) 100 e 110
- b) 112 e 122
- c) 123 e 134
- d) 135 e 156
- e) 158 e 180

12) Num quartel do exército sabe-se que alguns paraquedistas fizeram o curso de sobrevivência e que todos os sargentos fizeram o curso de sobrevivência. Nessas condições, é **incorreto** afirmar que:

- a) pode haver paraquedista que não fez o curso de sobrevivência
- b) pode haver paraquedista que é sargento
- c) não pode haver não sargento que fez o curso de sobrevivência
- d) não pode haver paraquedista que fez o curso de sobrevivência
- e) pode haver paraquedista que não é sargento

13) De acordo com os conectivos lógicos proposicionais é correto afirmar que:

- a) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o condicional entre elas tem valor lógico falso
- b) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o bicondicional entre elas tem valor lógico falso
- c) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a conjunção entre elas tem valor lógico verdade
- d) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a disjunção entre elas tem valor lógico verdade
- e) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então a disjunção exclusiva entre elas tem valor lógico falso

14) Sendo os conjuntos não finitos $A = \{1,2,3,4,5,6\}$, $B = \{0,1,3,4,7,8\}$ e $C = \{2,4,6,8,9\}$, então o conjunto que representa a solução da operação $[A - (B \cup C)]$ é igual a:

- a) {5}
- b) {5,8,9}
- c) {0,5,8,9}
- d) {0,5,7,8,9}
- e) {0,7,8,9}

15) Serão escolhidos 5 aspirantes para realizar um curso de primeiros socorros. Dentre 8 aspirantes do sexo feminino serão escolhidas 3 pra fazer parte do grupo e dentre 7 aspirantes serão escolhidos os outros 2 aspirantes para o grupo. Nessas condições, o total de grupos distintos que podem ser formados é igual a:

- a) 1960
- b) 380
- c) 14112
- d) 1176
- e) 7056

16) Na formatura de conclusão do curso preparatório de cadetes compareceram 15 tenentes, 12 capitães, 10 majores e 3 coronéis. Se um deles for escolhido para ser o Parainfante, a probabilidade de ser um capitão, sabendo que não é coronel, é aproximadamente igual a:

- a) 32%
- b) 40%
- c) 38%
- d) 27%
- e) 42%

17) Em um concurso que continha 3 questões dissertativas fizeram a prova um total de 80 candidatos e o resultado foi o seguinte: 32 acertaram a primeira questão, 27 acertaram somente a segunda questão, 25 acertaram a terceira questão, 18 acertaram a primeira e segunda questões, 16 acertaram a segunda e terceira questões, 12 acertaram a primeira e terceira questões e 8 acertaram as 3 questões. Nessas circunstâncias, o total de candidatos que não acertaram questão alguma é igual a:

- a) 34
- b) 22
- c) 18
- d) 15
- e) 8

18) “Se o soldado compareceu ao plantão, então o capitão não apresentou o documento”. “Se o capitão não apresentou o documento, então o major providenciou a notificação”. Sabendo que o major não providenciou a notificação e considerando verdade as proposições compostas, então é verdade que:

- a) o capitão apresentou o documento e o soldado compareceu ao plantão
- b) o capitão não apresentou o documento e o soldado compareceu ao plantão
- c) o capitão não apresentou o documento e o soldado não compareceu ao plantão
- d) o capitão apresentou o documento e o soldado não compareceu ao plantão
- e) o capitão não apresentou o documento

19) Considerando a simbologia dos conectivos lógicos proposicionais, uma frase que representa a proposição composta $(p \rightarrow \sim q) \leftrightarrow r$, é:

- a) o concurso foi homologado se, e somente se, não houve recursos, então o candidato foi chamado
- b) se o concurso foi homologado se, e somente se, não houve recursos, então o candidato foi chamado
- c) se o concurso foi homologado, então o candidato não foi chamado se, e somente se, houve recursos
- d) o concurso não foi homologado se, e somente se, houve recursos, então o candidato não foi chamado
- e) se o concurso não foi homologado se, e somente se, houve recursos, então o candidato não foi chamado

20) Sabendo que dois conjuntos A e B são disjuntos e possuem, respectivamente, 12 e 15 elementos, então é incorreto afirmar que:

- a) o total de elementos do conjunto união entre A e B é igual a 27
- b) o total de elementos do conjunto intersecção entre A e B é igual a 3
- c) o total de elementos do conjunto $A - B$ é igual a 12
- d) o total de elementos do conjunto $B - A$ é igual a 15
- e) o total de elementos do conjunto $A + B$ é igual a 27

DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), analise as afirmativas abaixo.

- I. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.
- II. O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.
- III. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

22) As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e obedecer aos princípios expressos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018). Acerca das disposições da LGPD, assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição do princípio da necessidade.

- a) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento
- b) Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais
- c) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades
- d) Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento
- e) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados

23) A Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Sobre o assunto, assinale um princípio que disciplina o uso da internet no Brasil.

- a) Direito de acesso à internet a todos
- b) Acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos
- c) Preservação e garantia da neutralidade de rede
- d) Inovação e fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso
- e) Adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados

24) Acerca das disposições e definições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), analise as afirmativas abaixo.

- I. Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- II. Pré-qualificação é o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto.
- III. Reajustamento em sentido estrito é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

25) No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa que apresenta um ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública.

- a) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie
- b) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades
- c) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas
- d) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente
- e) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular

26) A Lei nº 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa incorreta.

- a) A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos da Lei nº 8.987/1995, das normas pertinentes e do edital de licitação
- b) O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo
- c) Concessão de serviços público é a delegação, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco
- d) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários
- e) Considera-se Poder Concedente a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão

27) Com relação aos bens públicos, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- () São bens públicos os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.
- () Apenas os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

28) Acerca das disposições da Lei nº 8.987/1995 sobre extinção da concessão de serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pela concessionária, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários
- b) A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa
- c) Não é possível a extinção da concessão pela falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual
- d) Extinta a concessão, retornam à concessionária todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos pelo contrato
- e) A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pela concessionária, de todos os bens reversíveis

29) No que se refere ao disposto na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) sobre processo licitatório, assinale a alternativa que apresenta incorretamente um dos objetivos do processo licitatório.

- a) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto
- b) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos
- c) Estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais
- d) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável
- e) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição

30) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Acerca dos prazos máximos de restrição de acesso à informação, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo máximo de restrição de acesso à informação secreta é de 5 (cinco) anos
- b) O prazo máximo de restrição de acesso à informação reservada é de 2 (dois) anos
- c) O prazo máximo de restrição de acesso à informação secreta é de 25 (vinte e cinco) anos
- d) O prazo máximo de restrição de acesso à informação ultrassecreta é de 25 (vinte e cinco) anos
- e) O prazo máximo de restrição de acesso à informação ultrassecreta é de 15 (quinze) anos

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) De acordo com as disposições constitucionais sobre o Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.
- () Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- () Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

32) No que se refere ao disposto na Constituição Federal sobre o Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional
- b) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias
- c) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização de dois terços do Senado Federal
- d) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais
- e) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

33) Com relação ao disposto na Constituição Federal sobre ciência, tecnologia e inovação, analise as afirmativas abaixo.

- I. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.
- II. A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.
- III. A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas internacionais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

34) No que concerne às disposições constitucionais sobre comunicação social, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que haja censura de natureza artística, mas não de natureza política
- b) A propaganda comercial de tabaco conterà advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso, sendo dispensada a advertência no caso de propaganda de medicamento
- c) Os meios de comunicação podem ser objeto de monopólio
- d) A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade
- e) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é livre aos brasileiros e estrangeiros residentes no país

35) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- () Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- () É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

36) De acordo com as disposições da Constituição Federal sobre Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal
- c) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
- d) Cada Território elegerá quatro Senadores
- e) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Deputados

37) De acordo com as disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa que não apresenta um direito social expresso.

- a) Lazer
- b) Transporte
- c) Propriedade
- d) Segurança
- e) Trabalho

38) As emendas constitucionais são fruto do trabalho do poder constituinte derivado reformador, por meio do qual se altera o trabalho do poder constituinte originário, pelo acréscimo, modificação ou supressão de normas. Com relação às limitações materiais ao poder de emenda, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma cláusula pétrea.

- a) Direitos e garantias individuais
- b) Separação dos Poderes
- c) Voto direto, secreto, universal e periódico
- d) Forma Federativa de Estado
- e) Precatórios

39) Com relação à Ação de Inconstitucionalidade por Omissão, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A omissão poderá ser total (absoluta) ou parcial: total, quando não houver o cumprimento do dever de normatizar, editando medida para tornar efetiva a norma constitucional; parcial, quando houver a normatização infraconstitucional, porém de forma insuficiente.
- () A Ação de Inconstitucionalidade por Omissão é um instrumento do Controle Difuso de Constitucionalidade.
- () Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade por omissão os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F
- e) F - V - F

40) Com relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos
- b) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos
- c) Uma das condições de elegibilidade é a idade mínima de vinte e um anos para vereador
- d) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente
- e) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude

DIREITO PENAL

41) Apresentam-se como causas excludentes da culpabilidade:

- a) legítima defesa e crime de bagatela
- b) coação moral irresistível e inimputabilidade
- c) estrito cumprimento do dever legal e embriaguez completa
- d) exercício regular de direito e obediência hierárquica
- e) estado de necessidade e erro de direito

42) No que se refere à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já decididos por sentença condenatória transitada em julgado
- c) Considera-se tempo do crime, o lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- d) Uma vez decorrido o período de duração da lei temporária, esta não mais se aplica ao fato praticado durante sua vigência
- e) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

43) No que diz respeito ao concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) No crime plurissubjetivo, o autor pratica vários crimes, porém o tipo penal exige a colaboração do sujeito passivo, que não será punido
- b) A autoria colateral ocorre quando o agente usa de pessoa não culpável, ou que atua sem dolo ou culpa para realizar o delito
- c) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade
- d) A autoria mediata ocorre quando dois agentes têm a intenção de obter o mesmo resultado, porém um desconhece a vontade do outro, sendo que o objetivo poderá ser atingido pela ação de somente um deles ou pela ação de ambos
- e) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste essa pena será aumentada até o máximo, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

44) No que diz respeito às disposições da Lei de drogas, assinale a alternativa incorreta.

- a) É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) As multas, que em caso de concurso de crimes serão impostas sempre cumulativamente, podem ser aumentadas até o décuplo se, em virtude da situação econômica do acusado, considerá-las o juiz ineficazes, ainda que aplicadas no máximo
- c) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente
- d) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços
- e) Na fixação da multa, o juiz deve determinar o número de dias-multa, atribuindo a cada um, segundo as condições econômicas dos acusados, valor não inferior a um salário-mínimo

45) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Configura crime falimentar a conduta típica de _____.

- a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias
- b) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou devesse saber falso ou inexato
- c) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável
- d) violar, explorar ou divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução do devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira
- e) deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional

46) Assinale a alternativa que configura crime contra a Administração da Justiça.

- a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- b) Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional
- c) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação
- d) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário
- e) Obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito

47) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Constituem direitos do preso _____.

- a) entrevista pessoal e reservada com o advogado e submissão à sanção disciplinar imposta
- b) chamamento nominal e constituição de pecúlio
- c) indenização à vítima e Previdência Social
- d) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- e) higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento

48) No que diz respeito ao crime de estelionato, assinale a alternativa incorreta.

- a) No estelionato contra idoso ou vulnerável, a pena deve ser aumentada de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime for cometido contra idoso ou vulnerável, considerada a relevância do resultado gravoso
- b) A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo
- c) Configura estelionato a emissão de cheque, sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado, ou lhe frustra o pagamento
- d) Nas mesmas penas do estelionato incorre quem defrauda substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve entregar a alguém
- e) A pena deve ser reduzida, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência

49) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Configura crime contra pessoa idosa a conduta típica de _____.

- a) negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho
- b) deixar o responsável por instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver ciência
- c) deixar a entidade de atendimento de comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas
- d) deixar de cumprir as determinações legais sobre a prioridade no atendimento à pessoa idosa
- e) prometer ou efetivar a entrega de idoso a terceiro, mediante paga ou recompensa

50) Sobre a prática de crime de lesão corporal preterdolosa, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- () A lesão for praticada contra cônjuge ou companheiro, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.
- () Resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.
- () A lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, ou contra pessoa com quem conviva ou tenha convivido.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - V - F
- b) V - V - V - V
- c) F - F - V - F
- d) V - V - V - F
- e) F - F - F - F

DIREITO PROCESSUAL PENAL

51) No que diz respeito aos princípios que regem o processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) O princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência possui respaldo constitucional, bem como impõe que às partes deve ser conferida a possibilidade de influir no convencimento do magistrado, oportunizando-se a participação e manifestação sobre os atos que constituem a evolução processual
- b) O princípio da presunção de inocência, também chamado de princípio do estado de inocência visa primordialmente à tutela da liberdade pessoal, preconizando que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória"
- c) O princípio da imparcialidade do juiz traduz o dever estatal de atribuir transparência aos atos que praticar, bem como fornecer todas as informações que lhe forem requeridas. Tal princípio reforça as garantias da independência e responsabilidade do magistrado
- d) O princípio do duplo grau de jurisdição se concretiza mediante a interposição de recursos, decorre da necessidade de possibilitar a determinados Órgãos do Poder Judiciário a revisão de decisões proferidas por juízes ou tribunais sujeitos à sua jurisdição. Embora inexistia previsão expressa deste princípio em seu texto, a Constituição Federal o incorpora de forma implícita, ao estabelecer, por exemplo, as regras de competência dos órgãos do Poder Judiciário
- e) O princípio da busca da verdade também é conhecido como princípio da livre investigação da prova no interior do pedido e princípio da imparcialidade do juiz na direção e apreciação da prova, bem como princípio da investigação, princípio inquisitivo ou princípio da investigação judicial da prova.

52) No que se refere à interpretação do direito processual penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A interpretação gramatical, também conhecida como literal ou sintática é fundada em regras gramaticais e sintáticas e interpreta a letra fria da lei, sempre levando em consideração o sentido literal das palavras. Já a interpretação teleológica busca a vontade do legislador, atendendo-se aos seus fins e à sua posição dentro do ordenamento jurídico, sempre procurando a finalidade para a qual a lei foi editada
- b) A interpretação autêntica é realizada pelo legislador, por meio das chamadas leis interpretativas. A lei interpretativa, em relação à lei interpretada, pode ser posterior ou contextual. É contextual quando o dispositivo interpretante pertence ao mesmo texto legal do dispositivo interpretado
- c) A interpretação declarativa se opera quando o sentido e o alcance atribuídos ao texto condizem com os exatos termos existentes previstos na lei. Ela se verifica quando há correspondência entre a expressão linguístico-legal e a *voluntas legis*, sem que haja necessidade de dar ao comando normativo um alcance ou sentido mais amplo ou mais restrito
- d) A interpretação é extensiva quando o intérprete conclui que o alcance da norma é mais amplo do que indicam os seus termos. Nela, o legislador disse menos do que deveria dizer, devendo a lei ser aplicada a determinadas situações não previstas expressamente em seu texto. Quando o Código de Processo Penal estabelece as causas de suspeição dos julgadores, refere-se exclusivamente ao juiz; contudo, seu contexto deve incluir o jurado, que a despeito de ser leigo, também é julgador
- e) A interpretação restritiva restringe o significado, partindo da ideia que a lei disse mais do que pretendia. Assim, quando a lei penal dispõe que a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal, forçoso reconhecer que até mesmo a embriaguez patológica não pode excluir referida imputabilidade, mesmo quando venha a interferir totalmente na capacidade do indivíduo

53) No que diz respeito à busca e apreensão no processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) As buscas domiciliares devem ser executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de adentrarem à casa, os executores deverão mostrar e ler o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta
- b) Em casa habitada, a busca deve ser feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar
- d) Se as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade das pessoas que, nas referidas diligências, entrarem pelos seus distritos, ou da legalidade dos mandados que apresentarem, poderão exigir as provas dessa legitimidade, mas de modo que não se frustre a diligência
- e) O mandado de busca deverá indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem

54) No que se refere à prisão em flagrante, assinale a alternativa incorreta.

- a) Deve-se considerar a hipótese de “quase flagrante” quando o agente é perseguido, logo após, pela autoridade, por qualquer pessoa ou pelo ofendido, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração penal
- b) Deve-se considerar a hipótese de flagrante diferido, quando ocorre a dilação do instante da prisão, sendo mantido acompanhamento sobre os autores de crime, com o intuito de obter provas mais consistentes contra os envolvidos em tráfico de drogas ou organizações criminosas
- c) Deve-se considerar a hipótese de ficto quando o agente é localizado, logo após, com armas, instrumentos, armas, papéis ou objetos que façam presumir ser ele o autor da infração criminal
- d) Deve-se considerar a hipótese de flagrante forjado, quando policiais venham a induzir pessoas determinadas a cometer um crime, daí ocorrendo, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, crime impossível
- e) A situação de flagrante obrigatório alcança a atuação das forças de segurança, onde estas têm o dever de efetuar a prisão em flagrante, sempre que a hipótese se apresente

55) Assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma condição para autorização do acordo de não persecução penal.

- a) Pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos da lei para entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito
- b) Prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena máxima cominada ao delito diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo juízo da execução
- c) Reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo
- d) Renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime
- e) Cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada

56) Em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa incorreta.

- a) O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela
- b) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade
- c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito
- d) No relatório do inquérito policial poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas
- e) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria

57) No que tange à “ação penal”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ordenado o arquivamento do inquérito policial, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei
- b) Qualquer pessoa do povo pode provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção
- c) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo
- d) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes
- e) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão do Poder Judiciário

58) No que se refere à ação civil “ex delicto”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato
- b) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito
- c) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros
- d) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos da lei, com prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido
- e) O despacho de arquivamento do inquérito não impedirá a propositura da ação civil

59) No que diz respeito à competência em matéria processual penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente
- b) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução
- c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pelo mais recente, ou pelo declarado como de eleição
- d) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção
- e) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa

60) No que se refere às questões prejudiciais no processo penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Suspenso o processo, e tratando-se de crime de ação pública, incumbirá ao Ministério Público intervir imediatamente na causa cível, para o fim de promover-lhe o rápido andamento
- b) Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre qualquer questão jurídica, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal poderá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, interromper o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente
- c) Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz reputar séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente
- d) O juiz deve marcar o prazo da suspensão, que poderá ser razoavelmente prorrogado, se a demora não for imputável à parte. Expirado o prazo, sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal fará prosseguir o processo, retomando sua competência para resolver, de fato e de direito, toda a matéria da acusação ou da defesa
- e) Do despacho que denegar a suspensão não caberá recurso

**DIREITO PENAL MILITAR E
PROCESSUAL PENAL MILITAR**

61) No que se refere ao tema da “aplicação da lei penal militar”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato
- b) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- c) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dêle, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira
- d) As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução
- e) Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares

62) No que se refere à Teoria do Crime, assinale a alternativa incorreta.

- a) não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços
- b) pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado
- c) pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis
- d) salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente
- e) nos crimes em que há violação do dever militar, o agente poderá invocar coação irresistível física ou moral

63) No que diz respeito às penas, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe o Código Penal Militar.

- a) a pena de reclusão ou de detenção até 4 (quatro) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida, quando não cabível a suspensão condicional pelo oficial, em recinto de estabelecimento militar
- b) o mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos
- c) o condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona não poderá cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona
- d) por crime militar praticado em tempo de paz, poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença
- e) a pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, com prejuízo da instrução militar

64) Em conformidade com as disposições do Código Penal Militar, são penas acessórias, dentre outras:

- a) a destituição da função comissionada e a indignidade para o oficialato
- b) a cassação do direito de dirigir e a suspensão dos direitos políticos
- c) a perda da função pública, ainda que eletiva e a perda de posto e patente
- d) a exoneração do cargo e a incompatibilidade com o oficialato
- e) a perda de bens e de valores e a prestação continuada

65) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Configura crime contra a autoridade ou disciplina militar, a conduta típica de _____.

- a) revelar notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil
- b) deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo
- c) ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias
- d) eixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação
- e) usurpar função pública, por interesse ou sentimento pessoal

66) Assinale a alternativa que apresenta crimes militares que admitem modalidade culposa.

- a) Retenção indevida e abandono de posto
- b) Omissão de eficiência da força e omissão de providências para evitar danos
- c) Descumprimento de missão e omissão de providências para salvar comandados
- d) Omissão de socorro e embriaguez em serviço
- e) Insubordinação e desrespeito a superior

67) No que diz respeito ao instituto da “menagem”, assinale a alternativa incorreta.

- a) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a (6) seis anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado
- b) A menagem tem dupla natureza jurídica. Tem efeitos de prisão provisória, porque o homenageado não pode retirar-se do lugar para o qual foi concedida, mas é um benefício, uma vez que não é cumprida com os rigores carcerários
- c) O Código de Processo Penal Militar veda a concessão de menagem ao reincidente
- d) A menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado
- e) A menagem concedida em residência ou cidade não será levada em conta no cumprimento da pena

68) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

O inquérito policial militar é iniciado mediante portaria _____.

- a) em virtude de requisição do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas da União
- b) quando, de sindicância feita em âmbito de órgão público ou privado, resulte indício da existência de infração penal
- c) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal, cuja repressão caiba à Justiça Militar
- d) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, independente da hierarquia do infrator
- e) em virtude de requisição da Defensoria Pública

69) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

Em relação à ação penal, dispõe o Código de Processo Penal Militar _____.

- a) qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção
- b) a denúncia deve ser apresentada sempre que houver indícios de fato que, em tese, constitua crime
- c) a ação penal pública e a queixa crime do ofendido ou de seu representante legal, poderão ser promovidas por denúncia do Ministério Público Militar
- d) apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal
- e) fica o Ministério Público vinculado ao relatório produzido pelo Inquérito Policial Militar, quando do oferecimento da denúncia

70) No que concerne os temas: “Juiz, auxiliares e partes do processo”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os peritos ou intérpretes serão nomeados, de preferência, dentre oficiais da ativa, atendida a especialidade
- b) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão
- c) A suspeição não poderá ser reconhecida, quando a parte injuriar o juiz
- d) No caso de não comparecimento do perito, com ou sem justa causa, o juiz poderá determinar sua apresentação, oficiando, para esse fim, à autoridade militar ou civil competente, quando se tratar de oficial ou de funcionário público
- e) A suspeição não poderá ser declarada, quando a parte, de propósito, der motivo para criá-la

LEGISLAÇÃO PMRN

71) De acordo com a Lei Complementar nº 515/2014, que dispõe sobre o Regime de Promoção das Praças da Polícia Militar Estadual do Rio Grande do Norte (PMRN) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN), analise as afirmativas abaixo.

- I. Esta Lei Complementar estabelece os critérios e as condições que asseguram às Praças da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) o acesso e a evolução na hierarquia militar, mediante promoção de forma seletiva, gradual e sucessiva, que se dará através de ato administrativo discricionário.
- II. A promoção por bravura é aquela que resulta de ato ou atos não comuns de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representam feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados.
- III. Promoção por merecimento consiste no reconhecimento do direito da Praça Militar Estadual preterida, por processo administrativo disciplinar ou judicial, à promoção que lhe caberia e que não foi efetivada em época oportuna no processo de promoção.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) I e II apenas
- e) I e III apenas

72) A Lei nº 4.533/1975, dispõe sobre o regime de promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado. Sobre a Comissão de Promoção de Oficiais PM, assinale a alternativa correta.

- a) A Comissão de Promoção de Oficiais PM tem caráter provisório, e é constituída apenas para atos de promoções
- b) Os membros efetivos serão em número de 05 (cinco), todos oficiais superiores designados pelo Comandante-Geral
- c) Os membros efetivos serão nomeados pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período
- d) São membros natos o Chefe do Estado-Maior, o Chefe da 1ª Seção do Estado Maior (ou Diretor de Pessoal, quando houver) e o Governador do Estado
- e) Os membros efetivos serão em número de 04 (quatro), todos oficiais superiores designados pelo Comandante-Geral

73) A Lei nº 4.630/1976, dispõe sobre o Estatuto da PMRN. Sobre isso, analise as afirmativas abaixo.

- I. Reversão é o ato pelo qual o policial-militar agregado retorna ao respectivo quadro, tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que competir na respectiva escala numérica, na primeira vaga que ocorrer.
- II. O desligamento do serviço ativo será processado após a expedição de ato do Governador do Estado ou de autoridade à qual tenham sido delegados poderes para isso.
- III. A transferência para a reserva remunerada, a pedido será concedida, mediante requerimento, ao policial-militar que conte, no mínimo 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) I e II apenas
- e) I e III apenas

74) Considerando o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa incorreta.

- a) Cargo policial-militar é aquele que pode ser exercido por policial-militar em serviço ativo ou inativo
- b) É vedada a nomeação ou designação de policial-militar do quadro de Especialistas, para o exercício de cargo ou função de Polícia Judiciária, salvo quando possuir o curso de formação de combatente, correspondente ao seu posto ou graduação
- c) Somente são considerados quadros de organização da corporação os relativos a órgãos integrantes da estrutura da corporação
- d) A cada cargo policial-militar, corresponde um conjunto de obrigações, deveres e responsabilidades que se constituem em obrigações do respectivo titular
- e) O provimento de cargo policial-militar se faz por ato de nomeação, de designação ou determinação expressa de autoridade competente

75) Com relação à Portaria nº 042/2016 – GCG, que dispõe sobre a formalização do Processo Administrativo Disciplinar Sumário, é incorreto afirmar que:

- a) A descrição da transgressão (situação fática) deve ser precisa, clara e concisa, devendo conter os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data, a hora da ocorrência e caracterizar as circunstâncias que a envolverem, sem tecer comentários ou opiniões pessoais
- b) A defesa do acusado será exercida por escrito, no prazo máximo e prorrogável de 05 (cinco) dias corridos, a contar da citação, onde poderão ser arguidas questões preliminares, apresentados fatos, argumentos e documentos que interessem a sua defesa
- c) A instrução sumária compreende as etapas da acusação, defesa e relatório
- d) No momento da citação, o acusado deverá receber uma cópia do respectivo Termo Acusatório de Transgressão Disciplinar, para elaboração da sua defesa
- e) O Processo Administrativo Disciplinar Sumário (PADS) será promovido sempre que por sua natureza e complexidade, a apuração da transgressão disciplinar não exigir a instauração de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação, bem como quando a conduta irregular e a autoria já estiverem definidas

76) São autoridades competentes para instaurar Processo Administrativo Disciplinar Sumário, as quais designarão, através de Portaria, à autoridade delegada:

- I. O Comandante Geral em desfavor de qualquer integrante da Polícia Militar.
- II. O Subcomandante Geral em desfavor de qualquer integrante da Polícia Militar, hierárquica e funcionalmente subordinado.
- III. Os Comandantes de Grandes Comandos, os Diretores, Chefes ou Comandantes de OPM até o nível de Pelotão PM, em desfavor dos que estão sob sua subordinação, seja direta ou indiretamente.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) I e III apenas
- d) II e III apenas
- e) II apenas

77) O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, aprovado pelo decreto nº 8.336/1982, tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas à amplitude e à aplicação das punições disciplinares, à classificação do comportamento policial militar das Praças e à interposição de recursos contra a aplicação das punições. Nesse sentido, assinale a alternativa incorreta.

- a) Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples, e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime
- b) A competência para aplicar as prescrições contidas neste Regulamento é conferida ao cargo e não ao grau hierárquico
- c) As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre policiais-militares devem ser dispensadas aos militares das Forças Armadas e aos Policiais-Militares de outras Corporações
- d) Todo policial-militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participar ao seu Chefe imediato somente por escrito
- e) A disciplina policial militar rege-se pela rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar

78) Acerca dos recursos disciplinares, previstos no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) São recursos disciplinares o pedido de reconsideração de ato, a queixa, a representação e a revisão
- b) Representação é o recurso disciplinar, normalmente redigido sob a forma de ofício ou parte, interposto por autoridade que julgue subordinado seu estar sendo vítima de injustiça ou prejudicado em seus direitos, por ato de autoridade superior
- c) A queixa é o recurso interposto mediante requerimento, por meio do qual o policial-militar, que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado, solicita à autoridade que o praticou que reexamine a sua decisão e a reconsidere
- d) A apresentação da queixa só é cabível após o pedido de revisão ter sido solucionado e publicado em Boletim da OPM, onde serve o queixoso
- e) O pedido de reconsideração de ato é o recurso disciplinar, normalmente redigido sob forma de ofício ou parte, interposto pelo policial-militar que se julgue injustiçado, dirigido diretamente ao superior imediato da autoridade contra quem é apresentada a queixa

79) Com relação a possibilidade da modificação da aplicação de punição prevista no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) As modificações da aplicação de punição são anulação, relevação, atenuação, agravação e a remissão
- b) A revelação atenuação de punição consiste na transformação da punição proposta ou aplicada em menos rigorosa, se assim exigir o interesse da disciplina e da ação educativa do punido
- c) A anulação deve ser concedida quando for comprovado ter ocorrido injustiça ou ilegalidade na sua aplicação
- d) A revelação da punição deve eliminar toda e qualquer anotação e/ou registro nas alterações do militar relativos à sua aplicação
- e) A atenuação consiste na transformação da punição proposta ou aplicada em uma mais rigorosa, se assim o exigir o interesse da disciplina e da ação educativa do punido

80) O Decreto nº 8.336/1982, que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências as transgressões disciplinares. Sobre isso, assinale a alternativa incorreta.

- a) A transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples, e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime
- b) O julgamento das transgressões deve ser procedido de um exame e de uma análise que considerem os antecedentes do transgressor, as causas que a determinaram, a natureza dos fatos ou os atos que a envolveram e as consequências que dela possam advir
- c) No julgamento das transgressões podem ser levantadas causas que justifiquem a falta ou circunstâncias que a atenuem e/ou agravem
- d) A transgressão da disciplina deve ser classificada, desde que não haja causas de justificação, em leve, média, grave e gravíssima
- e) A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence, podem ser aplicada as penas de advertência, repreensão, detenção, prisão e prisão em separado e, licenciamento e exclusão a bem da disciplina

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

81) De acordo com a Lei nº 8.429/1992 e suas recentes alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa
- b) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais
- c) Desde que sejam integrantes da administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário
- e) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa

82) A respeito dos crimes hediondos, previstos na Lei nº 8.072/1990 e com base na legislação de regência, assinale a alternativa incorreta.

- a) A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei 7.960/1989, nos crimes previstos no art. 2º da Lei 8.072/1990, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- b) Entre os crimes hediondos previstos na Lei 8.072/1990, apenas as condutas consumadas são consideradas hediondas; as tentadas configuram a modalidade simples da infração penal
- c) O homicídio simples também pode ser hediondo, desde que cometido em atividade típica de grupo de extermínio
- d) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem
- e) Consideram-se também hediondos, tentados ou consumados, o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado

83) Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos
- b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 14 (quatorze) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial
- c) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias
- d) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime
- e) A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do conselho tutelar

84) Com relação aos Juizados Especiais Criminais, instituídos pela Lei nº 9.099/1995, e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Juizado Especial Criminal, provido tão somente por juizes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, apenas os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade
- d) As disposições desta Lei se aplicam no âmbito da Justiça Militar
- e) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano

85) De acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, firmado no julgamento da Ação Direta e Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, julgado em 2019, analise as afirmativas abaixo.

- I. Até que o Congresso Nacional edite lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, se enquadram nos crimes previstos na Lei 7.716/2018 e, no caso de homicídio doloso, constitui circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe.
- II. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe o exercício da liberdade religiosa, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio.
- III. Foi estabelecido que o conceito de racismo ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis.

Estão corretas as afirmativas:

- a) III apenas
- b) I e II apenas
- c) I e III apenas
- d) II e III apenas
- e) I, II e III

86) Sobre a Lei 11.340/2006, a qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores exclusivamente do sexo feminino, previamente capacitados
- b) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar
- c) O sujeito passivo da violência doméstica objeto da Lei Maria da Penha é apenas a mulher, e o sujeito ativo é sempre o homem
- d) É cabível a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, desde que a infração penal cometida pelo agressor seja de menor potencial ofensivo
- e) A suspensão condicional do processo e a transação penal também se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha

87) No que concerne às disposições da Lei 12.850/2013 (lei de Combate às Organizações Criminosas), é incorreto afirmar que:

- a) incumbe à acusação instruir a proposta de colaboração e os anexos com os fatos adequadamente descritos, com todas as suas circunstâncias, indicando as provas e os elementos de corroboração
- b) a proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público
- c) na hipótese de não ser celebrado o acordo por iniciativa do celebrante, esse não poderá se valer de nenhuma das informações ou provas apresentadas pelo colaborador, de boa-fé, para qualquer outra finalidade
- d) caso não haja indeferimento sumário, as partes deverão firmar Termo de Confidencialidade para prosseguimento das tratativas, o que vinculará os órgãos envolvidos na negociação e impedirá o indeferimento posterior sem justa causa
- e) nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença de advogado constituído ou defensor público

88) Sobre os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, assinale a alternativa incorreta.

- a) O crime de omissão de cautela consiste em deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade
- b) O proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas depois de ocorrido o fato
- c) O porte de arma de fogo de uso permitido sem autorização, mas desmuniçada, não configura o delito de porte ilegal previsto no Estatuto do Desarmamento, tendo em vista ser um crime de perigo concreto cujo bem jurídico tutelado é a incolumidade física
- d) A pessoa, possuindo autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, que adentra em local público com a arma, não comete qualquer crime, mas tão somente sanção administrativa
- e) Aquele que fornece, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente, fica sujeito a sanção penal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, em decorrência do princípio da especialidade

89) Em 11/02/2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADI's 4109/DF e ADI 3360/DF, estabeleceu os requisitos para a validade da decretação da prisão temporária, prevista na Lei 7.960/1989. Assim, é possível afirmar que a decretação desta modalidade de cárcere somente é cabível quando:

- I. for prescindível para as investigações do inquérito policial.
- II. houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado.
- III. for justificada em fatos novos ou contemporâneos.
- IV. for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado.
- V. for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II, III e IV apenas
- b) I, II, III e IV apenas
- c) I e V apenas
- d) I, II, III e V apenas
- e) I, II, III, IV e V

90) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória
- b) De acordo com o art. 60 da LEP, a autoridade administrativa pode decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até 15 (quinze) dias
- c) O trabalho externo não será admissível para os presos em regime fechado
- d) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará apenas o preso condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado
- e) Os condenados não serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal